

**AgInt no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.239 - SC
(2018/0326613-2)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : CARLOS WELSON CAPIBERIBE DE SOUSA
ADVOGADOS : BRUNO DE MORAES ULHARUSO - PR064488
INGRID FERRAZ RICHIA - RJ079981
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ESTELIONATO POR FRAUDE PARA RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO OU VALOR DE SEGURO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. CONDUTA DEVIDAMENTE INDIVIDUALIZADA. ELEMENTOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS VERIFICADOS. PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. ALEGAÇÃO DE QUE FOI VÍTIMA DE ROUBO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O trancamento da ação penal é medida excepcional, somente admitida quando provada, de forma clara e precisa, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a atipicidade da conduta, a ocorrência de causa extintiva de punibilidade e, ainda, a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade.

2. O agravante teve sua conduta devidamente individualizada na exordial acusatória, sabendo-se que, para o oferecimento desta, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação, uma vez que provas conclusivas da materialidade e da autoria do crime são necessárias tão somente à formação de um eventual juízo de condenação.

3. *In casu*, a imputação é de ter o denunciado registrado falso boletim de ocorrência de um crime de roubo, após ter entregue o veículo *CITROEN C3 AIR CROSS EX CM, cor cinza, 2013, placa KRA5511* a um receptador, objetivando receber o valor segurado correspondente à cobertura contratada, obtendo êxito em sua ação delitiva, subsumindo-se esta ao art. 171, § 2º, V, do Código Penal – *estelionato por fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro* –, não se revelando quaisquer vícios formais que obstruam os princípios da ampla defesa e do contraditório.

4. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça,

Superior Tribunal de Justiça

na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator